

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: ... seguida de **ASSERTIVA**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

## PROVA OBJETIVA

Acerca dos conceitos, das metodologias e dos tipos de análise criminal, julgue os itens a seguir.

- 1 A análise criminal administrativa é a atividade de produção de conhecimento com vistas à formulação de indicadores de desempenho, à formulação de planos orçamentários e ao direcionamento de investimentos com o objetivo de reduzir a criminalidade.
- 2 A análise criminal estratégica visa à identificação de um padrão geral de delinquência ou às tendências de criminalidade e tem como um de seus principais focos a formulação de políticas públicas; já a análise criminal tática consiste na atividade de produção do conhecimento voltada para o estudo dos fenômenos criminais e das suas influências com enfoque nas atividades preventiva e repressiva.
- 3 A abordagem ecológica aplicada em um trabalho de análise criminal compreende as seguintes linhas teóricas: a teoria das atividades rotineiras, que aborda conceitos de escolha racional do agente ofensor; a teoria dos locais desviantes, que explica a variação das taxas de crime em relação às características do ambiente físico; e a teoria da desorganização social que, entre outras questões, aborda a relevância da identidade social como fator de controle social sobre a criminalidade.
- 4 A análise criminal é vista como metodologia de produção de conhecimento e tem como norteador central a apresentação de números absolutos de violência e criminalidade, representados estatisticamente, com a finalidade de subsidiar os gestores quanto ao redirecionamento das ações do sistema de segurança pública.

Com relação à análise e à interpretação de dados estatísticos e aos indicadores do fenômeno criminal, julgue os itens subsequentes.

- 5 O aumento na estatística de determinado crime, eventualmente, pode representar melhor atuação policial e maior número de notificação do delito, sem que, necessariamente, seja um indicador representativo de aumento da criminalidade.
- 6 A hierarquização de cidades, municípios, bairros etc., dentro de *rankings* de criminalidade baseado em dados estatísticos, de regra, conduz a análises e interpretações realistas, com a imposição de medidas diferenciadas e prioritárias de combate à violência em determinada cidade ou região em particular.
- 7 Um dos fatores que dificulta a análise precisa dos dados estatísticos de segurança pública é a sazonalidade, por isso é recomendável que sejam comparados dados estatísticos levantados em períodos de tempo equivalentes.

Acerca das diferenças entre os conceitos de ética, moral e fontes deontológicas dos militares estaduais do Ceará, julgue os itens a seguir.

- 8 Apesar de os militares do Ceará não possuírem um código de ética próprio, o Código de Conduta para os Encarregados de Aplicação da Lei (CCEAL) representa uma das referências deontológicas para essa categoria profissional.
- 9 De acordo com os valores norteadores da conduta elencados no Código Disciplinar dos Militares Estaduais (Lei n.º 13.407/2003), o patriotismo é visto como o exercício da cidadania plena pelo indivíduo, considerando seus direitos e suas obrigações, ao passo que o civismo representa o amor à pátria, ao solo pátrio e às suas tradições.
- 10 O Código Penal Militar e o Estatuto dos Militares do Estado do Ceará, apesar de constituírem fontes normativas, não traduzem disposições especificamente deontológicas; o primeiro limita-se à tipificação das condutas penalmente vedadas aos militares, já o segundo dispõe exclusivamente da organização das carreiras no âmbito militar.
- 11 A ética refere-se à relação do sujeito consigo mesmo e com os outros, e não há um caráter impositivo de regras, mas, sim, uma reflexão sobre as formas de conduta para além dos códigos. Já a moral é normativa, coletiva, e seus códigos de conduta podem ser juridicamente impositivos.

A respeito das disposições do Código de Ética dos Agentes de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, julgue os itens subsequentes.

- 12 Infrações às normas do referido código, que forem cometidas pelos agentes de segurança pública, poderão resultar em advertência, exoneração do cargo comissionado, rescisão contratual ou restituição ao órgão de origem, no caso de servidor à disposição.
- 13 Os casos omissos ou não previstos no Código de Ética serão regidos pelos costumes e pelas regras éticas correspondentes aos respectivos órgãos de origem a que pertence o servidor.
- 14 O Código de Ética veda outras orientações deontológicas e a criação de regras próprias de conduta atinentes a modalidades ou especializações profissionais dentro da mesma carreira, ao estabelecer, de forma genérica, os fundamentos éticos e as normas de conduta pelas quais devem se conduzir todos os servidores do sistema de segurança pública.

Com relação aos sujeitos, às características e às dimensões dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

- 15 Direitos como o ecológico, o do consumidor, o das mulheres e o dos indígenas, em formulação coletiva ou difusa, são considerados de terceira dimensão ou de solidariedade.
- 16 A intercorrência temporal de não exercício dos direitos humanos inexistente, e isso faz que eles sejam permanentes e não alcançáveis pelo instituto da prescrição por decurso de prazo.
- 17 Tanto as pessoas físicas e jurídicas que, de forma comissiva, causam a violação das normas de direitos humanos consagrados, como as pessoas que, de forma omissiva, ignoram a matéria por ideologia ou ignorância, são consideradas, conceitualmente, sujeitos violadores dos direitos do homem.
- 18 Direitos humanos da primeira dimensão, em sentido *stricto sensu*, se referem aos direitos individuais, civis e políticos, os quais são entendidos como juridicamente negativos, porque exigem abstenção por parte do Estado.

À luz das normas orientadoras das Nações Unidas acerca dos princípios básicos a serem observados em relação ao uso da força e de armas de fogo por parte dos agentes da lei, julgue os seguintes itens.

- 19 Em relação a indivíduos sob custódia ou detenção, as normas para o uso da força e de armas de fogo excluem a utilização de armas de fogo letais, visto que há opção pelo uso exclusivo de armas incapacitantes não letais.
- 20 São princípios essenciais para o uso da força e de armas de fogo a legalidade, a necessidade, a discricionariedade, a oportunidade e a proporcionalidade.
- 21 O uso de armas de fogo é considerado procedimento excepcional e extremo, o que significa utilização restrita a casos em que outros meios se mostrem insuficientes, como a realização de prisão de indivíduo que represente risco de séria ameaça à vida e resista ao procedimento legal.

Com relação ao crime de abuso de autoridade, julgue os itens que se seguem.

- 22 Um agente público que tenha praticado conduta caracterizadora de crime de abuso de autoridade, mesmo em caso de culposa negligência, não terá seu comportamento enquadrado como tal, porquanto o delito somente se opera em sua forma dolosa.
- 23 A detenção momentânea de um cidadão para fins de busca pessoal ou identificação pessoal, caso seja conduzido para a delegacia e lá permaneça até a conclusão da diligência, configura crime de abuso de autoridade. Por isso a prisão para a averiguação é inaceitável no ordenamento jurídico pátrio.
- 24 Para que se configure o crime de abuso de autoridade, o agente deve estar em exercício da função pública e o delito consiste, de regra, na violação de direitos coletivos, notadamente difusos.

Acerca dos aspectos gerais da Lei da Tortura e da identificação e definição dos principais grupos vulneráveis e das minorias, julgue os próximos itens.

- 25 A homofobia, postura restritiva aos direitos de cidadania, diz respeito não somente à intolerância em relação à diversidade sexual e de gênero, mas também se estende à discriminação racial e religiosa, mediante atos de violência física e preconceito.
- 26 Grupos vulneráveis são um conjunto de pessoas que, por questões ligadas a gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual, tornam-se mais suscetíveis à violação de seus direitos, enquanto as minorias estão limitadas aos aspectos étnicos, religiosos e linguísticos.
- 27 O crime de tortura, conforme definido na legislação brasileira, é um crime comum. No entanto, para ser configurado, exige condição especial para o agente, que deve ser necessariamente servidor público ou pessoa no exercício de funções públicas.

Com relação à polícia judiciária militar, julgue os itens a seguir.

- 28 Suponha que um capitão da ativa seja suspeito de ter cometido certo crime militar. Nessa situação, o comandante da unidade poderá instaurar inquérito policial militar (IPM) e delegar as atribuições de polícia judiciária militar a outro capitão da mesma corporação.
- 29 Se um major reformado for indiciado em inquérito policial militar (IPM), as atribuições de polícia judiciária militar poderão ser delegadas a um coronel da reserva remunerada.
- 30 O Código de Processo Penal Militar dispõe expressamente que, no âmbito das corporações militares estaduais, a polícia judiciária militar é exercida pelo comandante geral e pelos comandantes até o nível unidade.

A respeito do crime de deserção, julgue os itens que se seguem.

- 31 O crime de deserção é um crime propriamente militar e somente pode ser cometido por militar da ativa.
- 32 Se, terminadas as férias, um sargento deixar de se apresentar sem justo motivo dentro de oito dias, ele terá cometido o crime de deserção propriamente dita.
- 33 É inadmissível a tentativa no crime de deserção.
- 34 São considerados sujeitos passivos do crime de deserção a instituição militar e o serviço militar.
- 35 No caso de um oficial preso evadir-se do recinto da prisão, caracteriza-se o denominado crime de deserção especial ou instantânea.
- 36 Se um sargento de trinta anos de idade cometer o crime de deserção e não ocorrer a sua captura, ou apresentação voluntária, haverá a extinção da punibilidade no prazo de quatro anos a contar da consumação do delito, pois a pena máxima prevista para este tipo de crime é de dois anos.
- 37 **Situação hipotética:** Um militar cometeu o crime de deserção e, voluntariamente, se apresentou na sua unidade. Além do compromisso firmado de comparecimento a todas as audiências para as quais fora intimado, o militar solicitou concessão de liberdade provisória por ser réu primário. **Assertiva:** Nessa situação, diante da apresentação voluntária, do compromisso firmado e da ausência de antecedentes criminais, a autoridade competente tem o prazo de quarenta e oito horas para conceder liberdade provisória a esse militar.
- 38 Suponha que um militar tenha cometido o crime de deserção no ano de 2014. Nessa situação, para que ele possa ser preso, é necessário que o responsável pela prisão tenha um mandado judicial.

- 39 Quando um militar se torna desertor, uma das providências da autoridade competente é inventariar os bens pertencentes à fazenda pública estadual que foram distribuídos ao ausente, além dos bens particulares por ele deixados. Entretanto o respectivo termo de inventário, que será uma das peças da instrução provisória de deserção (IPD), deve ser lavrado ainda que não haja o inventário dos bens materiais.
- 40 Ainda que um militar condenado pelo crime de deserção tenha bons antecedentes, não lhe será concedido o benefício da suspensão da pena.

Com relação ao IPM e aos múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os próximos itens.

- 41 Se, no curso de um IPM, ainda que não haja indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal, a autoridade policial poderá requerer ao juiz a interceptação de comunicações telefônicas.
- 42 Suponha que certo comandante tenha instaurado um IPM e, no curso da investigação, diante do conjunto probatório obtido, tenha concluído que não deveria tê-lo instaurado, o que implicou análises frente à possibilidade de arquivá-lo. Nessa situação, o IPM não poderá ser arquivado, o que obrigará o comandante a efetuar a conclusão e o encaminhamento do processo à justiça militar estadual (JME).
- 43 O IPM é procedimento administrativo e não é obrigatório para a persecução penal.
- 44 Quando o indiciado estiver solto, o prazo para conclusão do IPM é de quarenta dias, com possibilidade de prorrogação por mais vinte. Todavia, passado esse último interstício, não há mais possibilidade para adiamento.
- 45 De acordo com parte da doutrina, durante o curso de um IPM, há possibilidade de o encarregado representar pela prisão temporária do indiciado, a qual pode ser decretada somente pelo juiz, estando proibido de requerer essa prisão o Ministério Público Militar.
- 46 Quando um militar é encontrado imediatamente após o cometimento do crime militar com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua participação, ele poderá ser preso em flagrante delito presumido, cuja prisão tem natureza cautelar.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva que deve ser julgada acerca dos diversos institutos constantes na parte geral do Código Civil.

- 47 Em janeiro de 2015, Ricardo completou dezessete anos de idade, ocasião em que concluiu o ensino médio. No mês seguinte, casou-se com uma jovem e, em agosto de 2015, após prévia aprovação em concurso público, tomou posse e entrou em exercício de cargo público efetivo. Nessa situação, Ricardo é considerado capaz em termos civis a partir de sua posse no cargo público, momento em que fica configurada sua emancipação.
- 48 José desapareceu sem dar notícia de seu paradeiro. Maria, sua esposa, decidiu ir à delegacia registrar uma ocorrência, informando que José sequer deixou representante ou procurador com poderes para administrar seus bens. Após um longo período sem qualquer pista sobre o paradeiro de José, Maria recorreu ao judiciário. Nessa situação, o juiz que receber o caso deve declarar o estado de ausência de José e proceder à nomeação de um curador para gerir seus bens.

- 49 Júlio pretende se divorciar de Isabela. Antes de adotar as providências legais, decidiu emitir uma nota promissória de um valor significativo em prol de um amigo, no intuito de lesar a esposa na partilha de bens do casal. Nesse caso, o negócio jurídico poderá ser desfeito por ser anulável em virtude de dolo.

Em relação aos direitos das obrigações, contratuais, possessórios, de família e das sucessões, julgue os próximos itens.

- 50 A perda de propriedade pode acontecer pelas seguintes hipóteses legais: a alienação, a renúncia, o abandono, o perecimento da coisa, a desapropriação e a usucapião.
- 51 O direito aos alimentos é irrenunciável e personalíssimo; já a obrigação de prestar alimentos é transferida aos herdeiros do devedor. E mais, é imprescritível a ação para pleitear alimentos, só que as parcelas atrasadas prescrevem em dois anos a partir da data em que vencerem.
- 52 **Situação hipotética:** Marcos, com vinte e seis anos de idade, e Ana com vinte e dois anos de idade, ambos solteiros e capazes, pretendem se casar. **Assertiva:** Nessa situação, o casal poderá optar livremente entre os regimes de bens previstos em lei. Contudo, não havendo convenção entre os cônjuges em pacto antenupcial, vigorará o regime da comunhão parcial de bens.
- 53 Considere que Pedro, após adquirir imóvel de uma construtora, constatou defeito oculto que diminuiu sensivelmente o valor de mercado do bem. O problema era de tal magnitude que, se tivesse sido informado do defeito, Pedro não teria assinado o contrato. Em razão disso, postulou junto ao alienante a restituição dos valores pagos, mais perdas e danos. Nessa situação hipotética, considerando que a construtora tinha ciência do defeito, é direito de Pedro receber os valores pagos com perdas e danos.

Acerca da parte geral do Código Penal, julgue os itens que se seguem.

- 54 Se o agente, ao efetuar disparo de arma de fogo, pretendia atingir um desafeto, mas vier a acertar, por engano, outra pessoa que estava de costas, será caracterizado o erro sobre a pessoa. Nessa situação, não devem ser consideradas as condições ou qualidade da vítima, mas sim aquelas referentes à pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- 55 Aplica-se a lei penal brasileira aos crimes definidos pelo Brasil como reprimíveis por força de tratado ou convenção, para punir o estrangeiro que cometer esse delito fora do território nacional em desfavor de vítima brasileira, desde que satisfeitas algumas condições previstas no Código Penal, como o fato ser punível no país em que foi praticado e o crime estar incluso entre aqueles passíveis de extradição conforme a lei brasileira.
- 56 O arrependimento posterior ocorre quando o praticante do crime esgota todos os meios executórios, mas impede o resultado voluntariamente, ainda que de forma não espontânea, antes da consumação do delito, o que evitaria a realização do ato criminal.
- 57 **Situação hipotética:** Um agente comprou uma arma, por um traficante tê-lo jurado de morte. Em certo dia, o agente se deparou com o criminoso, que levou as mãos à cintura. Imediatamente, o agente efetuou um disparo e acertou o traficante, que estava desarmado e apenas pretendia pegar uma chave no bolso. **Assertiva:** Por ter o agente incidido em erro sobre os pressupostos fáticos de uma excludente de ilicitude, que, se existisse, tornaria a ação legítima, será isento de pena por estar configurada a descriminante putativa.

Em relação aos crimes em espécie, julgue os itens subsecutivos.

- 58 Caso um agente mantenha um casal de namorados em seu poder, e lhes ameace ceifar a vida se não cooperarem em efetuar saques em caixas eletrônicos, cometerá o crime de extorsão mediante sequestro.
- 59 Se o policial deixa de cumprir com seu dever de vedar ao preso o acesso a telefone celular que possibilite ao encarcerado comunicação com o ambiente externo, configura-se crime de condescendência criminosa.
- 60 **Situação hipotética:** Um médico experiente, ao realizar procedimento cirúrgico, esqueceu uma agulha no tórax do paciente, o que implicou para este infecção no pulmão e, por fim, óbito. **Assertiva:** O médico deve responder pelo crime de homicídio culposo por imperícia.

Julgue os itens a seguir, no que diz respeito ao direito processual penal militar.

- 61 Considere que um sargento esteja indiciado em IPM, por ter, supostamente, cometido um crime militar. Considere, ainda, que diversas provas tenham sido juntadas aos autos e que outras estivessem em fase de diligências. Nessa situação, pelo princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, o advogado do sargento terá direito de acessar todas as provas, inclusive as que não foram constituídas definitivamente.
- 62 No âmbito das corporações militares estaduais, não se instaura portaria de IPM por decisão do Superior Tribunal Militar.
- 63 Pelo princípio da oficiosidade, os órgãos incumbidos da persecução criminal são órgãos oficiais, ou seja, fazem parte do organismo estatal.
- 64 **Situação hipotética:** Um militar foi denunciado pelo Ministério Público perante a JME por, supostamente, ter cometido crime militar, e a denúncia foi recebida pelo Poder Judiciário. **Assertiva:** Diante da denúncia ofertada, o promotor de justiça não poderá desistir da ação penal militar, ainda que entenda que o réu deva ser absolvido.
- 65 Considere que um sargento tenha cometido o crime de lesão corporal em outra praça da corporação e tenha se tornado réu na JME. Nessa situação, se a autoridade judiciária que atuar no caso for prima do autor do delito, ela estará impedida de exercer a jurisdição no processo.
- 66 Suponha que determinada autoridade judiciária competente tenha arquivado um IPM. Nesse caso, se surgirem novas provas em relação ao fato, outro inquérito poderá ser instaurado, com exceção dos casos de extinção da punibilidade.
- 67 Suponha que um tenente tenha cometido um crime militar, e que um IPM tenha sido instaurado. Nessa situação, de acordo com o princípio do promotor natural — é vedado aos órgãos de administração superior do Ministério Público designar, arbitrariamente, promotor de justiça para funcionar na ação penal militar específica.

Ainda, em relação ao direito processual penal militar, julgue os próximos itens.

- 68 Se um militar for preso por ter sido perseguido, logo após o fato delituoso, em situação que faça acreditar ser ele o seu autor, ocorre o denominado flagrante impróprio.
- 69 No âmbito do processo penal militar, há caso de infração em que a liberdade provisória é obrigatória.
- 70 Para concessão da menagem é dispensável a oitiva do Ministério Público.
- 71 No curso de uma ação penal militar, indício é a circunstância ou o fato conhecido e não provado.
- 72 No processo penal militar, como medida cautelar, a busca poderá ser domiciliar e pessoal.
- 73 Suponha que um tenente tenha cometido crime militar e que tenha deixado vestígios. Nessa situação, será indispensável o exame de corpo de delito, e fica vedado o exame indireto.

Julgue os itens seguintes, relativos aos fundamentos de perícia de incêndio.

- 74 A fase investigativa do ciclo operacional se diferencia da fase pericial porque apenas nessa última são utilizados laboratórios para a elucidação dos fatores e das circunstâncias que originaram o incêndio.
- 75 Para a análise metodológica dos fatores que provocaram o surgimento do incêndio, o perito deverá considerar também os fatores antropológicos causadores do sinistro.
- 76 A eficiência operacional de uma corporação de bombeiros pode ser avaliada por meio da perícia de incêndio e explosão.
- 77 Ao realizar a investigação na parte externa da edificação sinistrada, o perito deverá começar a examinar o local pelo ponto menos atingido pelo incêndio, até encontrar o ponto mais atingido.
- 78 O perito deve utilizar os meios de comunicação local, a fim de levantar informações acerca dos aspectos relacionados às ações adotadas pelas guarnições de socorro, ocupantes da edificação e sobre os materiais especiais utilizados no local sinistrado.

A respeito do seguro incêndio, julgue os itens que se seguem.

- 79 O plano de seguro incêndio denominado multirrisco é aquele que indeniza o segurado por eventuais danos decorrentes da propagação do fogo.
- 80 Incêndios causados por fenômenos de combustão espontânea e por dano elétrico na edificação não são considerados pelo seguro incêndio.
- 81 A indenização do seguro incêndio é uma das motivações que levam as pessoas a causarem intencionalmente esse tipo de dano; contudo, caso o fogo não se desenvolva fora de controle, para fins de indenização do seguro, não será considerado um incêndio característico.

Em relação à física e à química aplicadas à investigação, julgue os itens subsecutivos.

- 82 O ponto de fusão do alumínio é de 300 °C e do aço é de 1.080 °C.
- 83 Quando se trata de um incêndio natural, para que se modele a curva tempo *versus* temperatura, o perito depende dos parâmetros de *bleeve*, *flashover*, ventilação forçada e carga de incêndio, materiais empregados pelas equipes e pelo ponto de ignição e fusão.
- 84 A cor das chamas e a coloração do concreto, após o incêndio, são parâmetros utilizados pelo perito para estimar a temperatura atingida em um incêndio.

Julgue os próximos itens, relativos à investigação da combustão explosiva.

- 85 Os explosivos classificados pelo desempenho são divididos em deflagrantes e detonantes.
- 86 Entre os mecanismos que podem acionar os explosivos, pode-se citar o controle remoto, a pressão e a descompressão, a convergência, a reflexão e a percussão.

Julgue os itens seguintes, relativos ao isolamento, preservação e levantamento de dados em local de crime e sinistro.

- 87 Após ser assumido por um perito e ter passado por uma análise técnica, o local onde ocorreu uma prática de infração penal e que apresenta vestígios desta se classifica, quanto à preservação, como local não preservado.
- 88 No local onde ocorreu um crime, o isolamento ideal prevê um espaço que abranja a área de localização do vestígio mais distante na cena desse delito, possibilitando a permanência de apenas um familiar que acompanhe as investigações.
- 89 A cadeia de custódia interna é aquela que trata dos procedimentos internos no laboratório e do descarte das amostras coletadas durante a perícia. Normalmente as evidências que tenham maior probabilidade de oferecer bons resultados são encaminhadas ao laboratório para análise.
- 90 Cabe ao perito inferir e discorrer sobre a dinâmica dos eventos com base nos vestígios encontrados no local examinado, de forma que, ao ser apresentado o laudo, a materialidade e a qualificação dos envolvidos sejam apontadas, bem como a infração penal.
- 91 No croqui do local do crime, o perito inclui as vias de acesso e as medidas que fornecem a exata posição das evidências encontradas na cena do crime.
- 92 Com base no conceito de evidência, os vestígios encontrados no local sinistrado, serão denominados de evidências, mesmo que ainda não tenham sido analisados pelo perito de incêndio e explosão.
- 93 Deve-se isolar a área a ser periciada para que se preserve o local do crime e não haja alteração ou destruição de vestígios.

Julgue os itens a seguir, no que se refere à segurança comunitária.

- 94 O projeto de aleitamento materno do CBMCE, denominado Amigo do Peito, é voltado ao recolhimento de leite para atendimento de recém-nascidos.
- 95 É correto afirmar que, de acordo com o conceito de segurança comunitária, uma maneira eficaz de combater o crime é o uso da polícia como meio de repressão social.
- 96 A identificação e o contato com as lideranças comunitárias locais, as palestras sobre a polícia comunitária e o controle de qualidade dos trabalhos constituem etapas do planejamento estratégico para implantação da segurança comunitária.
- 97 O projeto social denominado Jovem Bombeiro Voluntário (JBV), por força do seu decreto de criação, deve ser desenvolvido, exclusivamente, dentro das unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.
- 98 O Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano (CTDH), criado e estabelecido pelo art. 190 da Constituição Estadual do Estado do Ceará, é responsável por treinamentos e palestras sobre prevenção de acidentes domésticos à população.
- 99 Os surfistas que integram o Surf-Salva, projeto que tem como base a solidariedade e o companheirismo entre os participantes de *surf*, utilizam equipamentos similares aos utilizados pelos guarda-vidas do CBMCE.
- 100 O Conselho Regional de Educação Física desenvolveu parceria com o CBMCE para formação e habilitação de bombeiros militares para atuarem em ginástica para idosos.

Espaço livre